

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2018**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ**, com sede à Rua Amazonas, 60, centro, nesta cidade de Jaguapitã - PR, inscrito no CNPJ sob o nº 01.724.513/0001-08, por meio de seu pregoeiro, torna público que fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** de acordo com o descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e, subsidiariamente na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

Telefone para contato e esclarecimentos sobre o edital: (43) 3272-1015, das 8h às 11h e das 13h00 às 17h.

As empresas interessadas poderão retirar o presente Edital e seus anexos, diretamente na sede da Câmara Municipal, das 08h00min às 11h00min e das 13h00min as 17h00min, mediante requerimento escrito, ao Pregoeiro ou Comissão de Licitação, com os dados completos da empresa interessada, até o dia útil anterior a data fixada para abertura do pregão, ou ainda por e-mail (secretaria@jaguapita.pr.leg.br), mediante confirmação, até 02 (dois) dias úteis anteriores a data fixada para recebimento das propostas.

Os envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" deverão ser entregues, devidamente fechados, até as 09h00min do dia 20/06/2018, no Setor de Licitações da Câmara Municipal.

Na data, horário e endereço abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão:

LOCAL: Sala de Licitações da Câmara Municipal
DATA: 20/06/2018
HORÁRIO: 09h00min.

Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será, automaticamente, transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecido no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de Empresa para a Reforma das Poltronas e Cadeiras da Casa de Cultura "Professora Elena Maria Trapp", conforme Termo de Cessão de Uso, com fornecimento de todo material necessário e mão de obra, forma e condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos.

1.2. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;
- Anexo III – Modelo de Procuração para Credenciamento;



Anexo IV – Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
Anexo V – Modelo de Declaração das Condições de Habilitação;
Anexo VI – Modelo de Declaração de Idoneidade e de Não Existência de Trabalhadores Menores;
Anexo VII – Minuta de Contrato.

2. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 2.1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos, requerer providências ou formular impugnação escrita contra cláusulas ou condições do Edital.
- 2.2. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis.
- 2.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 2.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, por falhas ou irregularidades, o licitante que não o fizer até o quinto dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 2.5. A impugnação feita pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar do Pregão as empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que:
- 3.1.1. Atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação aceitos no original ou por qualquer processo de cópia autenticada nas formas previstas no Artigo 32 da Lei Federal 8.666/93, não sendo aceito, em hipótese alguma, confrontação de documentos na abertura dos envelopes para autenticação pelo Pregoeiro;
- 3.1.2. Sejam estrangeiras autorizadas a funcionar no país;
- 3.2. Não poderão participar deste PREGÃO PRESENCIAL as empresas que:
- 3.2.1. Se encontrem em regime de concordata ou com falência decretada, concurso de credores, processo de insolvência, dissolução e liquidação, em recuperação judicial ou em processo de recuperação extrajudicial;
- 3.2.2. Se encontrem em regime de consórcio de empresas, qualquer que seja sua constituição, e também empresas controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 3.2.3. Tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou quando punidas com suspensão de licitar ou impedimento de contratar com esta Câmara Municipal;
- 3.2.4. Pessoas jurídicas das quais participem, seja a que título for, dirigentes ou servidores da Câmara Municipal de Jaguapitã – PR.
- 3.3. A participação no Pregão importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.
- 3.4. A participação é exclusiva às microempresas, empresa de pequeno porte e micro empreendedor individual, conforme disposições contidas nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

4. DO CREDENCIAMENTO



- 4.1.** Aberta a fase para credenciamento dos eventuais participantes do Pregão, consoante previsão estabelecida no item 4.2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao pregoeiro documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, com fotografia.
- 4.2.** O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida (facultado o uso do modelo constante do Anexo III) com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do Pregão, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.
- 4.2.1.** Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do estatuto/contrato social ou documento equivalente, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.
- 4.2.2.** O documento apresentado junto com a procuração deverá ser original ou por qualquer processo de cópia autenticada e isenta da obrigatoriedade de reapresentar esse documento junto ao envelope n. 2 – documentos de habilitação.
- 4.3.** Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público ou particular de procuração, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 4.4.** É admitido somente um representante por proponente.
- 4.5.** A licitante somente poderá se pronunciar através de seu representante credenciado e ficará obrigada pelas declarações e manifestações do mesmo.
- 4.6.** O representante legal da licitante que não se credenciar perante o pregoeiro ou cujo documento de credenciamento esteja irregular ficará impedido de participar das fases de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes, Proposta ou Documentação, relativos a este Pregão, caso em que será mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.
- 4.7.** O representante poderá ser substituído por outro desde que atenda as condições do edital;
- 4.8.** A não apresentação ou a não incorporação do documento de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de manifestar-se e responder pela mesma.
- 4.9.** Caso o proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Pregão com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, devendo estar ciente que estará renunciando a fase de lances, de negociação e a interposição de recursos.
- 4.10.** Ainda nessa fase, as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (facultado o uso do modelo constante do Anexo IV) com o carimbo de CNPJ da licitante e assinada pelo seu proprietário ou sócio(s) administrador(es) e contador responsável pela escrituração da empresa devidamente registrado no órgão Regulador, acompanhada da Certidão Simplificada da Junta Comercial atualizada (60 dias) da sede da licitante.



4.10.1. A apresentação da declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte é condição para que a proponente possa usufruir dos benefícios constantes da Lei Complementar n.º 123/2006.

4.10.2. A ausência da referida declaração ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente neste Pregão, impossibilitando, em consequência, o recebimento dos envelopes proposta de preços e documentos de habilitação.

4.10.3. A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

5. DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E DA ENTREGA DOS ENVELOPES PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. A etapa/fase para recebimento da declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação e dos envelopes proposta de preços e documentos de habilitação será levada a efeito tão logo se encerre a fase de credenciamento.

5.1.1. A declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação não deve integrar os envelopes proposta de preços e documentos de habilitação, constituindo-se em documento a ser fornecido separadamente, ficando facultada a utilização do modelo constante do Anexo V, com o carimbo de CNPJ da licitante.

5.2. Iniciada esta etapa/fase, o Pregoeiro receberá e examinará a declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação.

5.2.1. A ausência da referida declaração ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente neste Pregão, impossibilitando, em consequência, o recebimento dos envelopes proposta de preços e documentos de habilitação.

5.2.2. O atendimento desta exigência, até o final desta fase, é condição para que a proponente continue participando do Pregão, devendo proceder, em seguida, à entrega dos envelopes proposta de preços e documentos de habilitação.

5.3. As propostas e os documentos de habilitação deverão estar acondicionados em envelopes ou volumes separados, fechados, com as seguintes especificações e endereçamento:

A CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ-PR
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA EMPRESA PROPONENTE
EDITAL DE PREGÃO N. 03/2018
ENVELOPE N. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS e AMOSTRA

A CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ-PR
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA EMPRESA PROPONENTE
EDITAL DE PREGÃO N. 03/2018
ENVELOPE N. 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.4. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das licitantes autoras das 03 (três) melhores propostas serão abertos para avaliação do atendimento das exigências consignadas no Edital, originalmente firmadas em declaração, na ordem de sua classificação.

5.4.1. Os envelopes contendo a documentação das empresas não classificadas entre as três primeiras, serão devolvidos fechados, sob protocolo, para os devidos representantes ao final da sessão pública ressalvada a hipótese descrita no item 9.4.



5.4.2. Os envelopes da segunda e terceira empresa classificadas, dentre as três melhores propostas, permanecerão com a Câmara Municipal, tornando parte integrante do Processo de Pregão.

5.5. O recebimento dos envelopes não conferirá às proponentes qualquer direito contra o órgão promotor da licitação, observadas as prescrições da legislação específica.

5.6. Após a entrega dos envelopes não serão aceitas retificações de preços ou condições, ressalvado o disposto no item 19.2 deste Edital.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A proposta de preços deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitada com clareza, em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da licitante ou impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão e o número dos itens cotados, contendo a razão social, inscrição, CNPJ/MF e endereço completo da proponente, devidamente assinada e rubricada em todas as folhas pelo representante legal da empresa, devendo compreender:

6.1.1. Descrição detalhada dos bens e/ou serviços ofertados, com indicação da marca, modelo dos materiais, características técnicas dos materiais, indicação do prazo de garantia;

6.1.2. Preço unitário por unidade, valor total por item cotado em moeda corrente nacional, limitado a 02 (duas) casas decimais, desprezando-se as frações excedentes;

6.1.3. Na formulação da proposta, a licitante deverá computar todos os custos relacionados com o fornecimento, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, encargos sociais, encargos trabalhistas, seguros, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos, sendo quaisquer tributos, despesas e custos diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados considerados inclusos no preço, não podendo ser cogitado pleito de acréscimo, a esse ou a qualquer título, devendo os bens/serviços ser fornecidos sem ônus adicionais;

6.1.4. Prazo de validade da proposta não-inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos contados da data de abertura, sendo que, na falta de tal informação, será considerado proposto o prazo citado neste item.

6.1.5. Valor da proposta, em números e por extenso.

6.2. O valor do item informado DEVE SER INFERIOR OU IGUAL AO VALOR DE REFERÊNCIA DO RESPECTIVO ITEM, conforme Anexo I deste Edital.

6.3. Não serão consideradas as ofertas de vantagens não previstas neste Edital.

6.4. Não se admitirá proposta elaborada em desacordo com os termos deste Edital, ou que apresentar preços inexequíveis, simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos e praticados no mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

6.5. As propostas deverão estar acompanhadas de folders, panfletos, manuais ou qualquer outro documento que comprove que o produto cotado atende as exigências técnicas descritas no termo de referência.

6.5.1. Durante o pregão será realizada uma prévia análise dos objetos de acordo com a proposta, Termo de Referência e especificações, através de folders, panfletos, manuais ou qualquer outro documento, anunciando o resultado após o encerramento da fase de lances.

7. DA HABILITAÇÃO



- 7.1.** Os licitantes deverão apresentar a documentação a seguir indicada, sem prejuízo de outros documentos a serem definidos e fixados em aditivos a este Edital ou em avisos específicos, quando o objeto da licitação sujeitar-se a legislação específica:
- 7.2. Da Habilitação Jurídica:**
- 7.2.1.** Registro Comercial (no caso de empresa individual); Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado (em se tratando de sociedades comerciais), e acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (no caso de sociedades por ações); Inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova de diretoria em exercício (no caso de sociedades civis); decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir (em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País).
- 7.2.2.** A apresentação do documento de habilitação jurídica junto ao credenciamento dispensa a sua apresentação na forma do item 7.2.1.
- 7.3. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:**
- 7.3.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- 7.3.2.** Certidão conjunta pertinente aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- 7.3.3.** Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, na forma da lei;
- 7.3.4.** Certidões pertinentes aos Tributos Mobiliários e Imobiliários, expedidas pela Fazenda Municipal da localidade ou sede da empresa licitante, na forma da lei;
- 7.3.5.** Prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS), através de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, em conformidade com a Lei Federal n. 8.212/91 e legislação complementar;
- 7.3.6.** Certificado de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS –, na forma da Lei n. 8.036/90;
- 7.3.7.** Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, instituída pelo artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- 7.3.8.** Apresentação de Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial e/ou Extrajudicial, junto ao Cartório Distribuidor da sede da empresa.
- 7.4. Das Declarações:**
- 7.4.1.** Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, com o carimbo CNPJ da licitante;
- 7.4.2.** Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, com o carimbo CJNP da licitante;
- 7.4.3.** Para atendimento as exigências dos itens 7.4.1 e 7.4.2 é facultado o uso do modelo constante do Anexo VI.
- 7.5.** As certidões que não apresentarem o prazo de validade em seu corpo serão consideradas válidas desde que emitidas com antecedência máxima de até 60 (sessenta) dias da data prevista para realização da sessão pública do Pregão.
- 7.6.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

Oh



- 7.6.1.** Em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo;
- 7.6.2.** Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- 7.6.3.** Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.7.** Os documentos exigidos neste Pregão poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, autenticado por cartório competente ou por funcionário da licitação, ou publicação em órgão da imprensa oficial.
- 7.7.1.** Os documentos de habilitação poderão ser autenticados por funcionário da licitação a partir do original até as 16h00min. do último dia útil que anteceder a data marcada para a licitação;
- 7.8.** Serão aceitas somente cópias legíveis;
- 7.9.** Aplicar-se-ão exclusivo às microempresas e empresas de pequeno porte o previsto nos Artigos 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006.
- 7.9.1.** Em conformidade com a Lei Complementar n.º 123/2006, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte será exigida para efeito de formalização do ajuste.
- 7.9.2.** Em conformidade com a Lei Complementar n.º 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 7.9.3.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, consoante o item imediatamente anterior, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Câmara Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 7.9.4.** A não-regularização da documentação no prazo previsto no item imediatamente anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sendo facultado à Câmara Municipal, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8. DOS PROCEDIMENTOS

- 8.1.** No dia, hora e local designado no preâmbulo deste Edital, será aberta sessão pública para processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame e recebimento dos envelopes com propostas escritas e documentação de habilitação.
- 8.2.** O pregoeiro procederá à abertura do Envelope n.º 01, contendo a Proposta de Preços ordenando-as em ordem crescente de preços e, em seguida, fará uma análise prévia dos preços, observando a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao preço total, procedendo-se às correções de eventuais erros, tomando como corretos e adotando como critério de aceitabilidade o MENOR PREÇO GLOBAL.
- 8.3.** Durante o julgamento e análise das propostas, será verificada, preliminarmente, a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos neste edital.
- 8.4.** Após proceder conforme descrito no item imediatamente anterior, o pregoeiro selecionará as propostas para fase de lances, observando os seguintes critérios:



- 8.4.1.** Classificará a licitante autora da proposta de menor preço e todas aquelas apresentadas com preços sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), em relação ao menor preço ofertado, disposto em ordem crescente, para que os representantes legais das licitantes participem da etapa de lances verbais.
- 8.4.2.** Não havendo pelo menos 03 (três) propostas na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três), incluindo a primeira classificada, quaisquer que sejam os preços ofertados, observado o item 6.2;
- 8.4.3.** Havendo empate entre 02 (duas) ou mais propostas selecionadas para a fase de lances, realizar-se-á o sorteio para definir a ordem da apresentação dos lances.
- 8.4.4.** No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- 8.4.5.** O pregoeiro convocará as licitantes selecionadas conforme item 8.4 para a apresentação de lances verbais, de forma sucessiva, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo autor da proposta de maior preço, seguindo-se das demais em ordem decrescente de valor.
- 8.5.** O pregoeiro, durante da etapa de lances, poderá estabelecer o intervalo mínimo entre os lances, para agilizar a sessão.
- 8.6.** Na fase de lances verbais será permitido o uso de celulares pelos representantes para eventual consulta telefônica, os quais disporão até o máximo de 03 (três) minutos para 01 (uma) única consulta.
- 8.6.1.** Fica vedado o uso e manuseio de aparelhos celulares e/ou outros aparelhos eletrônicos, para fins de manter conversas por mensagens on-line entre os licitantes e/ou terceiros interessados, sendo permitido o uso dos aparelhos somente para os fins específicos do Pregão.
- 8.7.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 8.8.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste Edital.
- 8.9.** Não havendo mais interesse das licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL.
- 8.10.** Quando conveniente para o Pregoeiro, na própria sessão pública a licitante deverá comprovar a admissibilidade, pelos meios formais, de sua proposta ou lance.
- 8.11.** Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço por item for desclassificada, frente ao desatendimento das especificações técnicas exigidas neste Edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que uma atenda às exigências.
- 8.12.** Uma vez encerrada a etapa competitiva, não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.
- 8.13.** Será admitido de cada licitante o recebimento de somente um envelope para cada uma das formas explicitadas no item 5.3 deste Edital.

9. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DOS LICITANTES

- 9.1.** Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação dos autores das três melhores propostas classificadas, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas.



9.2. Caberá o Pregoeiro inabilitar a licitante que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade, excetuado o disposto no item 19.2 deste Edital.

9.3. Poderá ser habilitada a licitante que tenha apresentado documentos com erros formais, desde que, justificadamente, tais fatos sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Câmara Municipal.

9.4. Se um ou mais de um dos autores das três melhores propostas não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro analisará a documentação de habilitação das empresas remanescentes respeitando a ordem de classificação.

10. DA AMOSTRA DO PRODUTO

10.1. Todos os licitantes deverão apresentar amostra do tecido que será utilizado para a realização do serviço, conforme especificação constante do Termo de Referência deste Edital.

10.2. A amostra deverá ter no mínimo a medida de 5,00cm x 5,00cm, e ser apresentada juntamente com o **ENVELOPE N.º 01 – PROPOSTA DE PREÇOS**, sendo critério de desclassificação prévia, antes mesmo da fase de lances.

10.3. A Câmara Municipal ficará com as amostras apresentadas das proponentes classificadas, visando verificar se o material utilizado na reforma é o mesmo que foi apresentado e aprovado durante o Pregão.

10.4. A Câmara Municipal disponibilizará amostra existente em seus arquivos, para verificação, pelos proponentes interessados, e utilizada como padrão de confronto, que deverá ser consultado durante o expediente da Câmara Municipal, até o dia útil anterior à abertura do pregão.

11. DO RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E QUALIFICAÇÃO DA LICITANTE

11.1. Depois de avaliada a aceitabilidade das propostas e a qualificação das licitantes titulares das três menores ofertas, constatado o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro comunicará as licitantes da decisão sobre a aceitabilidade ou não das propostas e da habilitação e proclamará o resultado da licitação.

11.2. Declarada a vencedora da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto à vencedora, com imediata emissão da confirmação, que discriminará e documentará as condições específicas para a contratação.

12. DO RECURSO

12.1. Se o resultado da decisão não for aceito, qualquer licitante, na mesma sessão de proclamação da vencedora da licitação, poderá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata.

12.1.1. A manifestação necessariamente explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, a qual decidirá pela sua aceitação ou não.

12.1.2. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação das razões recursais, oportunidade em que serão também intimados os demais participantes, para, querendo, apresentar impugnações ao recurso, em igual número de dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

12.2. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

12.3. Os recursos deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que



praticou o ato recorrido, e protocolado fisicamente junto à Câmara Municipal de Jaguapitã - PR, para que, no prazo estabelecido no item 12.1.2 deste Edital, proceda à entrega ao Pregoeiro responsável pela licitação.

12.4. Não serão aceitos recursos interpostos através de fac-símile, e-mail ou outra forma eletrônica, ou cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo e/ou por quem não esteja legalmente habilitado para representar a empresa licitante.

12.5. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

12.6. Improvido o recurso, serão remetidos os autos, com seu relatório em favor da manutenção do decidido, à autoridade superior, a quem caberá manter ou reformar a decisão.

12.7. A inoportunidade de imediata manifestação da licitante do interesse de interposição de recurso ou sua apresentação imotivada ou insubsistente implicará em preclusão do direito de recorrer do ato decisório.

13. DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Decididos os recursos eventualmente formulados, o Pregoeiro encaminhará o processo da licitação à autoridade competente, para adjudicação e homologação do resultado e convocação da licitante vencedora para a assinatura da Ata do Pregão Presencial, a qual poderá, motivadamente, revogar a licitação, por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade ou inobservância dos termos do Edital e ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

13.2. A invalidação do procedimento licitatório induz à do contrato.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Fornecer produto de boa qualidade de acordo com a amostra apresentada e prestação de serviço conforme especificação do Edital do Pregão n.º 03/2018, seu Termo de Referência e demais Anexos, assim como em sua proposta de preços;

14.2. Efetuar a substituição do serviço no prazo de 15 (quinze) corridos, que não tenha sido aprovado pela Comissão de Recebimento de Materiais/Bens/Serviços e/ou Obras.

14.3. Arcar com todos os ônus necessários ao completo fornecimento do objeto licitado, incluindo taxas, inclusive administrativa, e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, transportes, despesas administrativas, cessão de veículos para deslocamento do funcionário para buscar e posterior entrega do serviço, bem como quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto contratado;

14.4. Responder por quaisquer danos de qualquer natureza, que venha a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratada, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de preposto da Contratada ou de quem em seu nome agir, decorrentes do fornecimento do objeto contratado;

14.5. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito da Contratante;

14.6. Dar garantia do serviço realizado, pelo prazo de 03 (três) meses a contar da emissão da NFS (Nota Fiscal de Serviço).



14.6.1. Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, conforme o Art. 55, inciso XIII da Lei Federal n.º 8.666/93;

14.7. Em tudo agir segundo as diretrizes da Contratante, sujeitando-se à fiscalização da Câmara Municipal quanto à execução do objeto desta licitação.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

15.1. A CONTRATANTE se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente processo.

15.2. Fiscalizar o trabalho da Contratada, a fim de atestar a correta entrega do serviço.

15.3. Pagar a Contratada os valores devidos pelo serviço realizado, nas datas estipuladas.

16. DA ENTREGA DO SERVIÇO

16.1. A entrega do serviço deverá ser realizada em até 60 (sessenta) dias corridos, da assinatura do Contrato.

16.2. O serviço deverá estar de acordo com as especificações contidas no Edital do Pregão nº 03/2018, seu Termo de Referência e demais Anexos.

16.3. Deverá ser entregue 50% do serviço no prazo mínimo de 30 (trinta) dias corridos e contados da assinatura do Contrato, e o restante do serviço nos demais 30 (trinta) dias corridos, completando o prazo de entrega dos 60 (sessenta) dias corridos.

16.4. O objeto do presente pregão deve-se fazer acompanhar da Nota Fiscal/Fatura correspondente contendo a descrição completa do objeto.

17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento, decorrente da prestação de serviço objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da entrega e **aprovação** de todo serviço, após a apresentação da respectiva Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

17.1.1. A empresa deverá apresentar junto com a Nota fiscal/fatura, a Prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS), através de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e FGTS com validade e a cópia da respectiva nota de empenho.

17.2. Ocorrendo erro na Nota fiscal de cobrança, esta será devolvida e o pagamento será susgado para que a prestadora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação da mesma.

17.3. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal/Fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

17.4. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da prestadora.

17.5. A Câmara Municipal de Jaguapitã não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

17.6. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

wa

**18. DAS PENALIDADES**

18.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a defesa prévia, a Câmara Municipal poderá aplicar à Contratada, além das sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei n. 8.666/1993, no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no art. 8º da Instrução Normativa 37/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, as seguintes sanções:

18.1.1. Advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

18.1.2. Multas:

18.1.2.1. 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos serviços com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso a Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total.

18.1.2.2. 1% (um por cento) por dia sobre o valor do contrato, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelos demais itens.

18.1.2.3. 5 % (cinco por cento) sobre o valor do item atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

18.1.2.4. 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, se a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, caso o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias, estabelecido no item 18.1.2.1.

18.1.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

18.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

18.2. Impedimento de licitar e contratar com o Município e descredenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores do Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das outras multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, quando:

18.2.1. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato,

18.2.2. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame,

18.2.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto,

18.2.4. Não mantiver a proposta,

18.2.5. Falhar ou fraudar na execução do contrato,

18.2.6. Comportar-se de modo inidôneo ou

18.2.7. Cometer fraude fiscal,

18.3. Pela recusa do representante legal da adjudicatária em retirar e/ou assinar o instrumento formalizador da avença, este ficará sujeito ao pagamento de 2% (dois por cento) do valor total do fornecimento, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

18.4. As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão aos licitantes remanescentes convocados em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

18.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as



demaís.

18.6. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas aos cofres públicos da Municipalidade, em até 05 (cinco) dias úteis, contados de sua publicação no Órgão Oficial do Município, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da Contratante.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância com os termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, não se podendo alegar, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

19.1.1. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidades das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, bem como, pelo custo da preparação e apresentação dos documentos, independentemente do resultado do processo licitatório, sem direito a ressarcimento.

19.2. O Pregoeiro, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Câmara Municipal, a lisura da licitação, a finalidade e a segurança da contratação/fornecimento, e não contrariem a legislação vigente, poderá sanar e/ou relevar omissões ou erros observados na documentação e na proposta, sendo possível, caso julgue necessário, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

19.3. No caso de decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público que impeça a realização da licitação na data fixada neste Edital, fica a mesma prorrogada para o próximo dia útil, prevalecendo o horário estabelecido.

19.4. O órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar os negócios já realizados, no todo ou em parte, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância dos termos deste Edital ou de seus anexos, se for o caso.

19.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Só iniciam e vencem os prazos em dias de expediente.

19.6. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no Foro da Comarca de Jaguapitã - PR, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.7. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus anexos deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, no Departamento de Licitação da Câmara Municipal de Jaguapitã - PR ou pelo e-mail secretaria@jaguapita.pr.leg.br, mediante confirmação de recebimento, até 05 (cinco) dias úteis anteriores a data fixada para recebimento das propostas.

19.8. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal 10.520/2002, do Decreto Federal n. 3.555/2000, subsidiariamente, a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e conforme disposições contidas nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

JAGUAPITÃ - PR, 05 de junho de 2018.

DORALICE DA CRUZ LEITE
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

**ANEXO I**
TERMO DE REFERÊNCIA**1. DO OBJETO:**

1.1. Contratação de Empresa para a Reforma das Poltronas e Cadeiras da Casa de Cultura "Professora Elena Maria Trapp", conforme Termo de Cessão de Uso, com fornecimento de todo material necessário e mão de obra, na forma e condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, respeitando a descrição abaixo.

1.2. O tecido que será usado deverá ter em sua composição em 100% polipropileno, e no mínimo 05 (cinco) tramas por cm, de forma mesclada entre cinza e preto, **conforme amostra existente na sede da Câmara Municipal**, e já mencionado no item 10.4 do Edital.

1.3. Na mão de obra deverá ser considerada a, desmontagem, substituição dos tecidos das poltronas e cadeiras (assento e encosto), do perfil de acabamento e de alguns corvins e espumas, remodelagem e remontagem nas seguintes quantidades: 207 poltronas instaladas sob longarinas de metal fixas, e 09 cadeiras móveis, totalizando o montante de 216 lugares.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A Câmara Municipal através de documento firmado com a Prefeitura Municipal, "Termo de Cessão de Uso", faz uso da Casa de Cultura, para reuniões de Vereadores, em todas as escalas. Por isso, ficou ajustado, que a Câmara Municipal faria manutenção dos bens e reformas neste local quando necessário. Verificou-se que as poltronas do auditório da casa de cultura em número de 207 poltronas instaladas sob longarinas de metal fixas, e 09 cadeiras móveis, totalizando o montante de 216 lugares, que são usados pelo público frequentador do local, estão com o tecido desbotado, algumas rasgadas e com a espuma se soltando, necessitando de manutenção. A reforma se faz necessária, para o bem estar dos frequentadores do local, e para demonstração de cuidados com o bem público.

3. DA FORMA DE ENTREGA

3.1. A entrega do serviço deverá ser realizada em até 60 (sessenta) dias corridos, contados da assinatura do Contrato.

3.2. O serviço deverá estar de acordo com as especificações contidas no Edital do Pregão nº 03/2018, neste Termo de Referência e demais Anexos.

3.3. Deverá ser entregue 50% do serviço no prazo mínimo de 30 (trinta) dias corridos e contados da assinatura do Contrato, e o restante do serviço nos demais 30 (trinta) dias corridos, completando o prazo de entrega dos 60 (sessenta) dias corridos.

3.4. O objeto do presente pregão deve-se fazer acompanhar da Nota Fiscal/Fatura correspondente contendo a descrição completa do objeto.

4. DO VALOR MÁXIMO

4.1. O valor máximo total global para essa licitação é de **R\$ 17.172,00** (dezesete mil cento e setenta e dois reais).

4.2. Sob pena de desclassificação o valor total global para esta licitação é conforme segue:



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃRUA AMAZONAS, 60 - FONE/FAX (43) 3272-1015 - FONE (43) 3272-3299 - CX. POSTAL, 71 - CEP 86610-000
site: camarajaguapita.pr.gov.br / e-mail: secretaria@camarajaguapita.pr.gov.br - CNPJ 01.724.513/0001-08

ITEM	DISCRIM.	QUANT.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PREÇO UNIT. PREVISTO R\$	PREÇO TOTAL PREVISTO R\$
01	Unid.	207	Reforma de Poltronas instaladas sob longarinas de metal fixas, sendo que o tecido que deverá ser usado deve ter sua composição em 100% polipropileno, e no mínimo 05 (cinco) tramas por cm, de forma mesclada entre cinza e preto, conforme amostra existente na sede da Câmara Municipal , e já mencionado no item 10.4 do Edital.	79,50	16.456,50
02	Unid.	09	Reforma de Cadeiras, sendo que o tecido que deverá ser usado deve ter sua composição em 100% polipropileno, e no mínimo 05 (cinco) tramas por cm, de forma mesclada entre cinza e preto, conforme amostra existente na sede da Câmara Municipal , e já mencionado no item 10.4 do Edital.	79,50	715,50
			TOTAL GLOBAL		R\$ 17.172,00

Soma Máxima Total do Serviço para essa Licitação é de R\$ 17.172,00 (dezesete mil cento e setenta e dois reais).

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

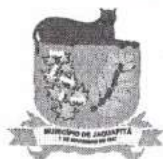
5.1. Tipo de Licitação: Pregão Presencial – MENOR PREÇO GLOBAL.

5.2. **VALOR MÁXIMO A SER ADQUIRIDO POR MEIO DESTA LICITAÇÃO é de R\$ 17.172,00 (dezesete mil cento e setenta e dois reais).**

5.3. No valor do serviço da proposta apresentada deverão estar incluídos IMPOSTOS, FRETES, ENCARGOS SOCIAIS E DEMAIS DESPESAS.

JAGUAPITÃ - PR, 05 de junho de 2018.

DORALICE DA CRUZ LEITE
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

RUA AMAZONAS, 60 - FONE/FAX (43) 3272-1015 - FONE (43) 3272-3299 - CX. POSTAL, 71 - CEP 86610-000
site: camarajaguapita.pr.gov.br / e-mail: secretaria@camarajaguapita.pr.gov.br - CNPJ 01.724.513/0001-08

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

Pregão n. 03/2018.

Razão Social: xxx

CNPJ: xxx

Endereço: xxx

OBJETO:

Item	Discrim.	Quant.	Descrição do Serviço	Valor Unitário Proposto	Valor Total Proposto
			SOMA TOTAL		

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo final de entrega: 60 (sessenta) dias.

Local de entrega: Casa de Cultura "Professora Elena Maria Trapp".

Declaro, sob as penas da lei, que o material ofertado atende todas as especificações exigidas no Edital e seus anexos.

Declaro que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos pela proponente na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, despesas administrativas, seguro, frete, descarga e lucro.

(Local) _____, (Data) _____

Assinatura do representante legal da empresa

Cargo

Carimbo do CNPJ

**ANEXO III****MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO**

Por este instrumento particular de Procuração, a empresa _____, com sede _____, inscrita no CNPJ/MF sob n. _____ e com Inscrição Estadual n. _____, neste ato representada por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s)), Srs(as) _____, portadores(as) da Cédula de Identidade RG n. _____ e inscrito(s) no CPF sob n. _____, nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG n. _____ e do CPF n. _____, a quem confere(m) amplos poderes para representar a referida empresa perante a Câmara Municipal de Jaguapitã, no que se referir ao Pregão n. 03/2018, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do Pregão, inclusive apresentar Declarações de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e de que a proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, bem como os Envelopes n. 1 e 2, Proposta de Preços e Documentos de Habilitação, respectivamente, em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Pregoeira, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o dia _____.

(Local) _____, (Data) _____

Assinatura do representante legal da empresa
Cargo _____

Carimbo do CNPJ _____

Observação: A presente procuração deverá ser apresentada com firma reconhecida no início da sessão pública do Pregão, com o carimbo CNPJ da licitante, sendo que na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada de cópia do estatuto/contrato social ou documento equivalente, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário. O documento apresentado junto com a procuração deverá ser original ou por qualquer processo de cópia autenticada e isenta da obrigatoriedade de reapresentar esse documento junto ao envelope n. 2 – documentos de habilitação.

**ANEXO IV****MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Declaramos, sob as sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, para os devidos fins e especialmente no que se referir ao Pregão n. 03/2018, que a empresa _____, com sede _____, inscrita no CNPJ/MF sob n. _____ e com Inscrição Estadual n. _____, neste ato representada por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s)), Srs(as) _____, portadores(as) da Cédula de Identidade RG n. _____ e inscrito(s) no CPF sob n. _____, é (microempresa ou empresa de pequeno porte) nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4.º do artigo 3.º da Lei Complementar n. 123/2006.

(Local) _____, (Data) _____

Assinatura do representante legal da empresa
Cargo _____

Carimbo do CNPJ _____

Observação: A presente declaração deverá ser apresentada com o carimbo CNPJ da licitante, no início da sessão pública do Pregão, junto com o credenciamento, separadamente, não devendo ser incluída no Envelope n. 2 – Documentos de Habilitação.

**ANEXO V****MODELO DE DECLARAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

Declaramos, sob as sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, para os devidos fins e especialmente no que se referir ao Pregão n. 03/2018, que a empresa _____, com sede _____, inscrita no CNPJ/MF sob n. _____ e com Inscrição Estadual n. _____, neste ato representada por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s)), Srs(as) _____, portadores(as) da Cédula de Identidade RG n. _____ e inscrito(s) no CPF sob n. _____, reúne todos os requisitos exigidos no referido Edital para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, fiscal e técnica, nos termos do artigo 4.º, inciso VII, da Lei Federal n. 10.520/2002

(Local) _____, (Data) _____

Assinatura do representante legal da empresa
Cargo |

Carimbo do CNPJ |

Observação: A presente declaração deverá ser apresentada com o carimbo CNPJ da licitante, no início da sessão pública do Pregão, após o credenciamento, separadamente, não devendo ser incluída no Envelope n. 2 – Documentos de Habilitação.

**ANEXO VI****Modelo de Declaração de Idoneidade e de Não Existência de Trabalhadores Menores**

Declaramos, para os devidos fins e especialmente no que se referir ao Pregão n.03/2018, que a empresa _____, com sede _____, inscrita no CNPJ/MF sob n. _____ e com Inscrição Estadual n. _____, neste ato representada por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s)), Srs(as) _____, portadores(as) da Cédula de Identidade RG n. _____ e inscrito(s) no CPF sob n. _____, que:

1. Não está impedida de participar de licitação ou de contratar com a Administração Pública, assim como não foi declarada inidônea por qualquer órgão das Administrações Públicas da União, de Estados ou de Municípios, estando, portanto, apta a contratar com o Poder Público.
2. Não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos.

(Local) _____, (Data) _____

Assinatura do representante legal da empresa
Cargo |

| Carimbo do CNPJ |

Observação: A presente declaração deverá ser apresentada com o carimbo CNPJ da licitante.

**ANEXO VII****MINUTA DE CONTRATO**

MINUTA DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 08/2018
SISTEMA DE MENOR PREÇO GLOBAL

Aos | | dias do mês de | | de 2018, na sede da **CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR**, situada a Rua Amazonas, 60, representada neste ato pela Presidente da Câmara Municipal, Sra. **DORALICE DA CRUZ LEITE**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n.º 799.367 – SSP/PR e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 005.409.559-06, residente e domiciliada na rua Rio Grande do Norte, 681, Centro, na cidade de Jaguapitã - PR; e do outro lado a empresa: | | inscrita no CNPJ sob o n.º | | com sede na | |, na cidade de | |, representada neste ato pelo [| nos termos da Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei complementar n.º 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem registrar os preços, conforme decisão exarada no processo administrativo supracitado devidamente **HOMOLOGADA**, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Contratação de Empresa para a Reforma das Poltronas e Cadeiras da Casa de Cultura “Professora Elena Maria Trapp”, conforme Termo de Cessão de Uso, com fornecimento de todo material necessário e mão de obra, na forma e condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, respeitando a descrição abaixo.

1.2. O tecido que será usado deverá ter em sua composição em 100% polipropileno, e no mínimo 05 (cinco) tramas por cm, de forma mesclada entre cinza e preto, **conforme amostra existente na sede da Câmara Municipal**, e já mencionado no item 10.4 do Edital.

1.3. Na mão de obra deverá ser considerada a, desmontagem, substituição dos tecidos das poltronas e cadeiras (assento e encosto), do perfil de acabamento e de alguns corvins e espumas, remodelagem e remontagem nas seguintes quantidades: 207 poltronas instaladas sob longarinas de metal fixas, e 09 cadeiras móveis, totalizando o montante de 216 lugares.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

2.1. O presente contrato resultante deste certame terá a vigência de 06 (seis) meses, a contar da data de assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - LOCAL DE ENTREGA, ACEITE E RECEBIMENTO.

3.1. O local de entrega do serviço deverá ser na Casa de cultura “Professora Elena Maria Trapp”.

3.2. O serviço deverá estar de acordo com as especificações contidas no Edital do Pregão nº 03/2018, seu Termo de Referência e demais Anexos.



3.3. O aceite e recebimento do serviço será feito pela Comissão de Recebimento de Materiais/Bens/Serviços e/ou Obras.

3.4. Cada entrega do serviço deverá ser efetuado mediante encaminhamento de Notas de Autorização de Despesas (NAD).

3.5. O(s) fornecedor(s) classificado(s) ficará(ão) obrigado(s) a atender as Notas de Autorização de Despesas (NAD) efetuadas dentro do prazo de validade do contrato.

3.6. A entrega do serviço deverá ser de acordo com a solicitação da Nota de Autorização de Despesa (NAD), no endereço da Casa de Cultura "Professora Elena Maria Trapp", sem qualquer ônus adicional.

3.6.1. No caso situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito, que impossibilitem a entrega do serviço, o prazo para a entrega do mesmo poderá ser prorrogado para o próximo dia útil, desde que justificado por escrito pela fornecedora e aceito pela Comissão de Recebimento de Materiais/Bens/Serviços/ ou Obras.

3.7. A Comissão de Recebimento de Materiais/Bens/Serviços/ ou Obras, se reserva no direito de suspender o recebimento se estiverem sendo executados em desacordo com as condições do presente edital.

3.8. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA CONTRATAÇÃO

4.2. As obrigações decorrentes do fornecimento do serviço constante do CERTAME serão firmadas com a Câmara Municipal, observada as condições estabelecidas neste edital e no que dispõe o art. 62 da Lei n.º 8.666/1993, e será formalizada através de instrumento de contrato.

4.3. O prazo para a assinatura do Contrato será de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

4.4. A licitante vencedora não poderá subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E REVISÃO

5.2. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência do Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento, decorrente da prestação de serviço objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da entrega e aprovação de todo serviço, após a apresentação da respectiva Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

6.2. A empresa deverá apresentar junto com a Nota fiscal/fatura, a Prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS), através de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e FGTS com validade e a cópia da respectiva nota de empenho.

6.3. Ocorrendo erro na Nota fiscal de cobrança, esta será devolvida e o pagamento será suspenso para que a prestadora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação da mesma.

6.4. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal/Fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.



6.5. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da prestadora.

6.6. A Câmara Municipal de Jaguapitã não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

6.7. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Fornecer produto de boa qualidade de acordo com a amostra apresentada e prestação de serviço conforme especificação do Edital do Pregão n.º 03/2018, seu Termo de Referência e demais Anexos, assim como em sua proposta de preços;

7.2. Efetuar a substituição do serviço no prazo de 15 (quinze) corridos, que não tenha sido aprovado pela Comissão de Recebimento de Materiais/Bens/Serviços e/ou Obras.

7.3. Arcar com todos os ônus necessários ao completo fornecimento do objeto licitado, incluindo taxas, inclusive administrativa, e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, transportes, despesas administrativas, cessão de veículos para deslocamento do funcionário para buscar e posterior entrega do serviço, bem como quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto contratado;

7.4. Responder por quaisquer danos de qualquer natureza, que venha a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratada, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de preposto da Contratada ou de quem em seu nome agir, decorrentes do fornecimento do objeto contratado;

7.5. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito da Contratante;

7.6. Dar garantia do serviço realizado, pelo prazo de 03 (três) meses a contar da emissão da NFS (Nota Fiscal de Serviço).

7.7. Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, conforme o Art. 55, inciso XIII da Lei Federal n.º 8.666/93;

7.8. Em tudo agir segundo as diretrizes da Contratante, sujeitando-se à fiscalização da Câmara Municipal quanto à execução do objeto desta licitação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1. A CONTRATANTE se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente processo.

8.2. Fiscalizar o trabalho da Contratada, a fim de atestar a correta entrega do serviço.

8.3. Pagar a Contratada os valores devidos pelo serviço realizado, nas datas estipuladas.

9. CLÁUSULA NONA – DO PRAZO PARA EXECUÇÃO E ENTREGA DO SERVIÇO

9.1. A entrega do serviço deverá ser realizada em até 60 (sessenta) dias corridos, da assinatura do Contrato.

9.2. O serviço deverá estar de acordo com as especificações contidas no Edital do Pregão nº 03/2018, seu Termo de Referência e demais Anexos.



9.3. Deverá ser entregue 50% do serviço no prazo mínimo de 30 (trinta) dias corridos e contados da assinatura do Contrato, e o restante do serviço nos demais 30 (trinta) dias corridos, completando o prazo de entrega dos 60 (sessenta) dias corridos.

9.4. O objeto do presente pregão deve-se fazer acompanhar da Nota Fiscal/Fatura correspondente contendo a descrição completa do objeto.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a defesa prévia, a Câmara Municipal poderá aplicar à Contratada, além das sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei n. 8.666/1993, no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no art. 8º da Instrução Normativa 37/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

10.1.2. Multas:

10.1.2.1. 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos produtos entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total.

10.1.2.2. 1% (um por cento) por dia sobre o valor total do contrato, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelos demais itens.

10.1.2.3. 5 % (cinco por cento) sobre o valor atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

10.1.2.4. 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, se a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, caso o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias, estabelecido no item 7.1.2.1.

10.1.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração pública, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores da Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das outras multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, quando:

10.2.1. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato,

10.2.2. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame,

10.2.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto,

10.2.4. Não mantiver a proposta,

10.2.5. Falhar ou fraudar na execução do contrato,

10.2.6. Comportar-se de modo inidôneo ou

10.2.7. Cometer fraude fiscal,



10.3. Pela recusa do representante legal da adjudicatária em retirar e/ou assinar o instrumento formalizador da avença, este ficará sujeito ao pagamento de 2% (dois por cento) do valor total do fornecimento, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

10.4. As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão aos licitantes remanescentes convocados em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

10.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as demais.

10.6. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas aos cofres públicos da Municipalidade, em até 05 (cinco) dias úteis, contados de sua publicação no Órgão Oficial do Município, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da CONTRATANTE.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO

11.1. O Contrato será cancelado, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores e, por iniciativa da Câmara Municipal de Jaguapitã quando:

11.1.1. A licitante não formalizar o contrato decorrente do certame e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências do Contrato, sem justificativa aceitável;

11.1.2. Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

11.1.3. Os preços contratados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;

11.1.4. Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente da proposta de preços por motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei n. 8.666/83;

11.1.5. Por razão de interesse público, devidamente motivado.

11.2. Cancelado o Contrato induzirá na convocação do fornecedor com classificação imediatamente subsequente.

11.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da contratação da presente licitação correrão a cargo da Dotação Orçamentária 3.3.90.39.20.00.00.00 (Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica), observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PREÇO

13.1. Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço global, HOMOLOGADO a classificação da empresa conforme abaixo especificado, objeto de publicação no Órgão de Imprensa Oficial deste município, ficam assim registrados:

Item	Discrim.	Quant.	Descrição do Serviço	Valor Unitário Proposto	Valor Total Proposto
TOTAL GLOBAL					

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO.

14.1. O extrato do presente Contrato será publicado na Imprensa Oficial.



15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal 10.520/2002, do Decreto Federal n. 3.555/2000, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e, subsidiariamente, a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Jaguapitã, Estado do Paraná, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

Jaguapitã, 00 de ---- de 2018.

PELA CÂMARA

PELA EMPRESA

Testemunhas:

Nome completo CPF e RG

Testemunhas:

Nome completo CPF e RG

wh